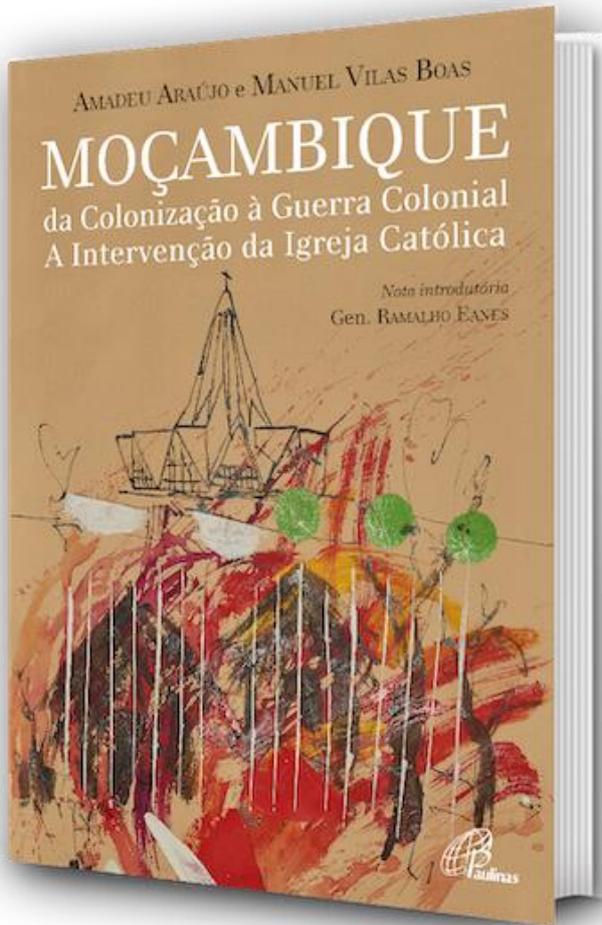


Pré-publicação

# Moçambique: Colonização e Igreja Católica

Amadeu Gomes de Araújo e Manuel Vilas Boas | 1 Nov 2023



Na iminência do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 e quando se celebram 100 anos do nascimento do arcebispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto, os autores do livro *Moçambique – Da Colonização à Guerra Colonial, a Intervenção da Igreja Católica* (ed. Paulinas), Amadeu Gomes de Araújo, investigador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, e Manuel Vilas Boas, jornalista, decidiram-se pela escrita, a quatro mãos, da História de Moçambique e do papel da Igreja Católica, durante a colonização. Em comum, têm o facto de terem feito um estágio em Teologia, na diocese de Nampula, entre 1971 e 1978. Amadeu Araújo descreve, página a página, na primeira e segunda parte do livro, os encontros e desencontros dos povos, a partir dos finais do séc. XV, nas praias do Índico, onde as caravelas e tripulações comandadas por Vasco da Gama se cruzaram com outras línguas, culturas e religiões, ao longo da mítica Rota da Índia. Poderoso era o desejo e a procura de riquezas. Entre especiarias, ouro e marfim, todos os fins justificavam os meios, como a escravatura de seres humanos. Na terceira parte, Manuel Vilas Boas, destaca a intervenção da Igreja Católica no longo período que antecedeu a independência de Moçambique, de modo especial nas dioceses da Beira, Tete e Nampula. Aqui são narrados factos que marcaram a acção da Igreja pela denúncia de massacres, como os de Mukumbura e Wiriyamu, perpetrados pelas Forças Armadas Portuguesas, bem como os desmandos da revolução marxista-leninista que se instalou na República Popular de Moçambique, após a independência. Recordam-se personagens essenciais, antes e depois do 25 Abril, como a expulsão do bispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto, dos missionários Padres Brancos e de Burgos, e ainda os Missionários Combonianos. Destes ressalta o testemunho do padre Manuel Horta, de 81 anos. Pela diocese da Beira, refere-se o caso dos padres de Macúti, em que entrevistaram Joaquim Teles Sampaio, de 85 anos e Fernando Marques Mendes, de 76 anos. Este deixa aqui o seu implacável testemunho. José Luzia, próximo dos 78 anos, é o missionário que viveu, passo a passo, desde os anos 1970 até à actualidade, os acontecimentos polémicos da diocese de Nampula. Luís Sá, de 79 anos, missionário católico, surpreende pela decisão de se aliar à Frelimo, por quase dois anos, seduzido pela eficácia das palavras de Samora. Um comandante humanista, num Campo de jovens guerrilheiros, que, por fim, em perigo, atirou às malvas a sedução

revolucionária e se fez neurologista. Hoje dá-se ao luxo de aprender saxofone, para animar lares e centros de dia.

O livro será apresentado pelo arcebispo de Braga, José Cordeiro, na Biblioteca Municipal de Barcelos, às 16h do próximo domingo (quando se assinalam os 169 anos do nascimento de António Barroso, bispo missionário que também esteve em Moçambique).

No dia 9 de Dezembro (centenário do nascimento de Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula), será apresentando na Biblioteca Municipal de Amarante, pelo bispo emérito da diocese castrense, Januário Torgal Ferreira, e o escritor Carlos Santos, dinamizador do festival Escritaria. Estão previstas ainda sessões de apresentação do livro em Espinho, Porto, Leiria e Lisboa.

O 7MARGENS publica a seguir dois excertos das diferentes partes do livro.



Imagem de 26 de março de 2019, no cais fluvial no rio Buzi, na Beira, Moçambique, uma das zonas mais afetadas pela passagem do ciclone Idai. Foto © Daniel Rocha.

## **O primeiro país europeu a chegar a África e o último a sair**

### ***Texto de Amadeu Gomes de Araújo***

Portugal foi o primeiro país europeu a chegar a África e o último a sair. Razões de natureza política, económica e histórica explicarão este desalinhamento com os demais Estados europeus. O modo atribulado como a colonização se processou, ajudará a compreender a conturbada descolonização. O caso de Moçambique parece paradigmático.

Não será correto afirmar que os interesses que moveram as caravelas portuguesas até ao Oriente eram diferentes dos que levaram as naus dos demais povos europeus para as mesmas paragens. A sede do lucro era, certamente, tão forte como o vento que soprava nas velas de uns e de outros. Cremos, porém, que os marinheiros, criadores e corajosos, que, pela primeira vez na história da Humanidade, dobraram o Cabo a sul do Continente africano, e que contribuíram decisivamente para o avanço da ciência, eram movidos por outras preocupações, além da mera ganância mercantilista. A par dos vizinhos espanhóis, influenciaram o curso da história mundial. Uma mentalidade diferente da que franceses, holandeses, austríacos, ingleses e alemães mostraram quando, por exemplo, invadiram, pilharam e incendiaram repetidamente as feitorias e as fortificações levantadas pelos portugueses na costa moçambicana. Invasões e pilhagens que ocorreram desde o início da ocupação e que se intensificaram nos séculos XVIII e XIX. Era forçoso contrariar os intentos dos invasores através de uma ocupação efetiva.

A ocupação do interior não era objetivo prioritário dos portugueses. De início, lutavam pela consolidação de posições costeiras e não por uma real e efetiva ocupação do *hinterland* desconhecido. A primeira preocupação era instalar, em pontos considerados estratégicos, postos fortificados, que tinham como primordial função servirem de escala, de apoio e de feitorias. Acabaram por se fixar no litoral e avançaram para o interior. E a ocupação acabou por criar raízes e laços.

Embora não seja politicamente correto afirmá-lo, a expansão ultramarina era assumida também como uma missão. Foi a expansão do Cristianismo frente ao Islão, associada a objetivos económicos, que levou os portugueses a colaborarem decisivamente no processo de colonização. Comerciantes e missionários, protegidos por militares. Com pequenas variantes, foi assim até ao fim.

Quando se iniciou a luta armada, a maior parte dos portugueses estabelecidos em Moçambique eram naturais da colónia e muitos descendiam de famílias que já estavam assentes no território há vários séculos. Sentiam-se moçambicanos. Por isso e pela sua localização geográfica junto à África do Sul e à Rodésia, países africanos onde existia uma forte cultura europeia, Moçambique era, de facto, uma colónia diferente, e os portugueses lá residentes sentiam-se diferentes dos seus congéneres europeus, que residiam naqueles dois países, a maior parte dos quais eram típicos colonizadores do início do século. Não explica tudo, mas ajuda a entender por que foi tão sofrida a descolonização. Os primeiros levantamentos subversivos, na década de sessenta, foram totalmente imprevistos para a maioria desta população. Vivia embalada pelo regime. Sentiu-se traída.

Mas os dados estavam lançados. O sistema internacional não aceitava o modelo pretendido por Portugal. A decisão do fim do Império acabou por ser ditada pelo aparelho militar, que, em Abril de 1974, ancorou as “caravelas” e entregou o Poder aos novos soberanos, com uma réstia de dignidade.

Trabalhámos em Moçambique, entre 1971 e 1978, e lá casámos, nos anos quentes da revolução. Do que vivemos, do que ouvimos e lemos, redigimos estas páginas. São apontamentos esparsos sobre a história do território moçambicano, sobre os portugueses que o colonizaram e sobre os diversos povos que por ali se cruzaram, bem como sobre a guerra colonial, que manchou de sangue o solo quente daquele luxuriante país. Terra de luz e de sombras. Êxitos e fracassos. Guerra e paz. Sangue suor e lágrimas de esperança.

Ao olharmos para a realidade atual de Moçambique, apercebemo-nos de que um dos principais elos que ligam os seus muitos povos, tanto como o nacionalismo, é a língua comum – a língua portuguesa. Nem o suaíli conseguiu tanto.

Ao longo dos séculos, os diferentes povos da colónia portuguesa do Índico viveram sempre em guerra com os seus vizinhos, apoiando-se, ora nas tropas portuguesas, ora nos «achicundas». Estas lutas deixaram rasto na multiétnica sociedade moçambicana, como a luta armada pela independência bem mostrou.

O 25 de abril de 1974 veio pôr cobro a uma situação operacional em degradação acelerada, que, em pouco tempo, confrontaria Lisboa com um desaire militar de grande envergadura. O cinquentenário está aí à porta. É altura para revisitar a guerra e o colonialismo que a gerou. E a intervenção da Igreja neste longo processo.

A 1.ª parte do trabalho estende-se da colonização à independência, e começa por abordar os encontros e desencontros com os árabes nas praias do Índico.

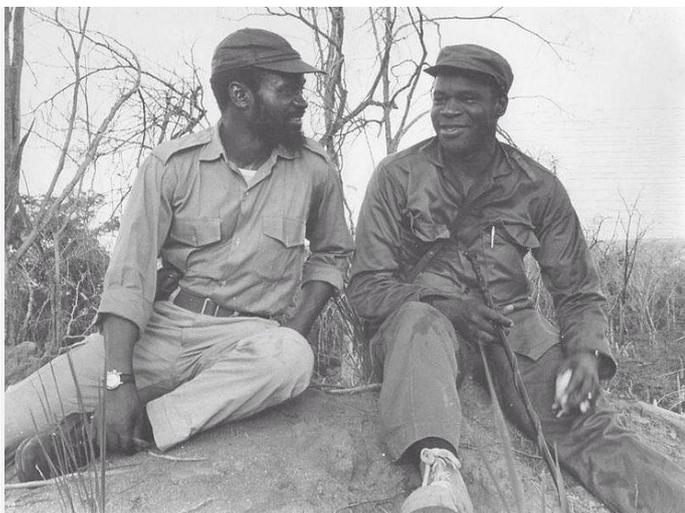
O território da Costa oriental da África, a que os portugueses deram o nome de Moçambique quando ali arribaram, em 1498, foi ponto de encontro de diferentes povos e culturas. Os povos ditos nativos vieram de fora, cerca de doze séculos antes da chegada dos europeus. Vieram do centro do continente africano, à procura de terras mais férteis.

Árabes e portugueses, povos que se conheciam de longe, encontraram-se no mesmo território, na demanda de *el dorado*, na procura das minas do Monomotapa.

Neste contexto, o império Monomotapa à chegada dos portugueses é o tema que se segue. Abordam-se ainda os sonhos e frustrações à volta de Sofala, o sistema de Prazos da Coroa, a Conferência de Berlim e a partilha do continente africano, o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa e o ultimato inglês e as Companhias Majestáticas. Segue-se a resistência organizada, a luta armada de libertação, a fundação e a organização da FRELIMO, o programa português de desenvolvimento, e, no clímax da guerra, a operação Nó Górdio e a desumanidade dos massacres das tropas portuguesas e da FRELIMO.



A FRELIMO iniciou as suas operações de guerrilha em dois distritos, praticamente ao mesmo tempo: no Distrito do Niassa, a 24 de Setembro de 1964, e no Distrito de Cabo Delgado, na noite de 24 para 25 do mesmo mês. O primeiro ataque em Tete, ocorreu a 23 de Dezembro do mesmo ano. O comando da guerrilha, cujas forças receberam treino militar na Argélia, estava entregue a Filipe Samuel Magaia. O seu assassinato, em 1966, gerou um impasse na condução da luta armada. Samora Moisés Machel, na foto acima, foi nomeado chefe do Departamento de Defesa, em sua substituição. Foto: Direitos reservados.



Descanso em tempo de guerra. Quando Eduardo Mondlane (em cima, à direita) foi assassinado, em 03-02-1969, o seu sucessor imediato foi Uria Simango, que servira com ele como vice-presidente desde a fundação da FRELIMO. Cedo foi expulso, e logo substituído por Samora Machel (em cima, à esquerda), em Maio de 1970. Foto: Direitos reservados.



A Catedral de Nossa Senhora do Rosário, em Nampula, inaugurada em 1956. D. Manuel Vieira Pinto, bispo da diocese, chegou à cidade, em 24 de Setembro de 1967, em plena Guerra Colonial. Foto: Direitos reservados.

## **A ingenuidade do missionário seduzido por Samora (Entrevista com o comandante Luís Sá)**

### ***Manuel Vilas Boas***

MVB: O comandante Luís estava em maus lençóis... Falta agora saber como se desprendeu este guerrilheiro idealista das teias do poder de uma Frelimo, apostada numa revolução sangrenta.

LS: Não foi assim tão fácil, porque eu também decidi sair, assim como saí da Sociedade Missionária. Consegui uma viagem para a Beira. O meu irmão Álvaro, que era despachante de tráfego da DETA 57 (Direção de Exploração de Transportes Aéreos, estabelecida em Moçambique, criada pelo Governo português, em 26 de agosto de 1936) tinha-me arranjado um bilhete de avião. Quando eles deram pela minha falta no campo, foram procurar-me (risos). Perceberam que eu estava para embarcar. Com eles estava também um indivíduo que era da segurança e, inclusivamente, tinha sido meu colega, inclusive tinha estado a dormir numa cama ao lado da minha, na casa dos comandantes. Era o Castro Lopo. Ele tinha sido jornalista, também conhecido, de forma caricata, pelos brancos, como o «General Pata Rasa». Ele tinha uma forma de andar um pouco ridícula e trazia sempre a arma às costas. Tinha feito o treino na Nachingweia. Encarnava, realmente, o espírito revolucionário e estava lá a ver se me punha a mão. Entretanto, houve um indivíduo, despachante de tráfego, que me guiou para as traseiras do aeroporto. Numa motoreta, levou-me para casa do meu irmão. O Castro Lopo apareceu, de seguida, em casa do meu irmão. Tomou um uísque connosco. No final, disse-me: «Luís, acompanha-me!» Então, fui fazer um estágio numa prisão da Beira. Passados uns dias, sou levado, de volta, para Quelimane, num voo, acompanhado pelo Castro Lopo. Lá fui fazer mais um estágio noutra prisão. Por último, libertaram-me, e eu fiquei

na casa do Virgílio e da Maria, donos de um bar, no centro de Quelimane. A partir daí... foi arranjar um bilhete e regressar. A minha vida tornou-se pacífica. Entretanto, fui recebido por Bo nifácio Gruveta, que quis saber qual era a minha decisão. Contei-lhe o que estava a acontecer. Eu até tinha pedido a nacionalidade moçambicana. Esta ia ser-me concedida, mas acabei por desistir da ideia, quando decidi regressar. Considerei as condições em que ali estava. Se eu fosse mesmo moçambicano, tinha de fazer a revolução, de qualquer maneira. Possivelmente, assim, o meu papel e o meu trabalho ali não seriam compreendidos. Portanto, decidi: Vou para Portugal e vou fazer o meu caminho, diferente. O governador Gruveta respondeu: «Só queria saber qual era o seu destino. Só para saber... Se alguém perguntar...» E, de facto, ele não se opôs à minha saída, mas houve, primeiro, a situação em que eu saí, e, depois, tentei ainda sair, mas sem dar satisfação a ninguém. Claro que, a seguir, foi necessário fazer todos aqueles procedimentos: que não devia isto, não devia aquilo. Acabei, basicamente, por ser expulso (riso). O meu estatuto era de expulso, praticamente.

MVB: Expulso pela Frelimo?

LS: Pelo menos, eu considero isso, porque eu estava no aeroporto e levava um rádio. Esse radiozito, que eu tinha adquirido, foi-me retirado, porque eu estava a ser expulso.

MVB: A frustração de um verdadeiro ingénuo, que se faz a outra vida. Chega a Portugal, no dia 3 de maio de 1976, quando a mãe fazia 61 anos de idade e festejava o regresso do filho «pródigo». O abandono do sacerdócio obrigou, entretanto, o antigo missionário a cumprir o ser viçomilitar. Fê-lo, como soldado cadete, no Regimento de Engenharia de Tancos. Apesar de, no seminário, ter pisado o caminho das letras, Luís Sá persegue agora o campo das ciências, depois de um percurso no ensino, nas escolas secundárias de Espinho, Tomar e Coimbra. Em 1980, licenciou-se em Filosofia, na Universidade do Porto, na condição de trabalhador-estudante. Em 1989, concluiu a licenciatura em Medicina, na Universidade de Coimbra. Haveria de abraçar o universo de sedução, que é a Neurologia, a especialidade predileta, feita também em Coimbra. O antigo padre guerrilheiro há de, assim, mergulhar na ciência que trata as mais perturbadoras enfermidades da Humanidade, como a ELA-esclerose lateral amiotrófica e as doenças de Alzheimer e de Parkinson. O que há, afinal, de comum entre o missionário católico, o guerrilheiro da Frelimo e o neurologista, de muito saber?

LS: Na altura, eu, propriamente, nunca peguei em armas, para apontar a alguém. Só matei uma vez uma jiboia, com um tiro meu, disparado por mim. E matei, também, uma galinhola que estava lá no alto de uma árvore. De resto, não. Não fiz assim mais nenhuns estragos em termos de mortandade. O João Honwana, realmente, tinha razão. Eu era um indivíduo humanista e isso é o que me marcava. As pessoas começaram a dizer, mesmo sem eu me aperceber: «Ele é muito humano.» Um dia, dei comigo a refletir: «Se acham que eu sou humano, devem senti-lo...» A Neurologia surgiu porque eu tinha estudado Filosofia. «A filosofia é qualquer coisa que resulta do cérebro. É preciso ter um cérebro a funcionar, para que o indivíduo pense e tenha capacidade crítica, analítica e de síntese e por aí fora. Quero conhecer o cérebro que pensa», decidi. E foi esta, basicamente, a razão de eu ter enveredado pela Neurologia. E estou satisfeito por ter escolhido essa área, porque é uma área que continua a ser aliciante e um desafio permanente. Hoje, com os meus 79 anos, ainda me sinto em condições de aprender e com desejo de aprender. Continuo a fazer clínica todos os dias e investigação. O desejo de fazer melhor é o que me realiza.

MBV: Nunca mais sonhou com a FRELIMO?

LS: Ah, não! A Frelimo é assunto encerrado. Não fico também agarrado ao passado. Com certeza que a passagem pela Frelimo me ensinou muitas coisas, algumas até pelo lado negativo. Havia, realmente, pessoas que estavam na Frelimo de uma forma, talvez, oportunista e que não tinham aquela sensibilidade que eu acabei por adquirir no meu tempo de formação do seminário. Claro que, estas coisas também têm a ver com a nossa natureza, com a nossa forma de sermos. «Somos muitos», que o diga Pessoa. Neste aspeto, a sociedade, a minha formação no seminário, a educação, os corretivos, as vivências e convivências que eu tive, tudo me fez. A experiência vivida como missionário, talvez, tenha sido o lado mais enriquecedor, a par da minha atividade como clínico. É que as pessoas e o sofrimento humanizam-nos, ensinam-nos muito. Faz-nos, de facto, sentir enriquecidos, ao fazermos coisas, que as pessoas reconhecem e nos dizem fazer-lhes bem. Também vamos sentindo que não estamos a dever nada à vida. Estamos apenas a agradecer à vida.



O missionário Luís Sá, praticante de paraquedismo, em Nampula, em 1973. Foto: Direitos reservados.



O missionário "guerrilheiro" no campo de ação. Foto: Direitos reservados.



Luís Sá, a pedagogia de um neurologista.